

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A HISTÓRIA DOS GUARANI/KAIOWÁ

Eranir Martins de Siqueira (UCDB)¹

Neimar Machado de Sousa (UCDB)²

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido a partir da análise da documentação microfilmada no Museu do Índio/FUNAI e que contém o arquivo do antigo SPI referente à 5ª Inspeção Regional (parte de São Paulo e o Mato Grosso). Esta documentação é particularmente rica, pois descreve o cotidiano burocrático da administração regional e dos postos indígenas. O procedimento consistiu na leitura e anotação das fontes primárias e comparação com as fontes secundárias que tornaram possível a confirmação da prática política indigenista nacional nos postos específicos sem esquecer do processo histórico pelo qual passou este grupo. Como resultado, ainda que parcial, foi possível observar que a ação do órgão indigenista seguiu linha que resultou no confinamento da população dentro de pequenas áreas reservadas e a liberação de outros territórios para a colonização por não-indígenas além de contribuir para o aumento do preço da terra no sul de Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: Guarani/Kaiowá, Serviço de Proteção ao Índio, Confinamento.

UMA BREVE HISTÓRIA DOS KAIOWÁ/GUARANI E DO SEU MODO-DE-SER

O povo Guarani vive hoje espalhado numa área que abrange territórios no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil e estão divididos em três parcialidades: os Mbya, no litoral, com uma população estimada em 10 a 11 mil pessoas; os Avá³ chiripá ou *Ñandéva*, no interior dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraguai, estimados em cerca de 9 mil pessoas; e os *Pãi Tavyterã* ou Kaiowá, no Paraguai e Mato Grosso do Sul. Estes últimos são cerca de 35 a 40 mil pessoas, dos quais 24.523⁴ residem na região da grande Dourados MS, incluindo a presença, em pequeno número, de guarani *Ñandéva*, únicos na região que se auto-denominam, Guarani.

Os Kaiowá e Guarani estão na região onde hoje é o Mato Grosso do Sul são considerados descendentes dos Itatim,⁵ região que estendia entre os rios Apa e até o Miranda e a Serra de Amambá e a oeste do rio Paraguai. No período colonial, estes índios estavam no Itatim, junto as

missões jesuíticas que, entre os séculos XVI e XVII, com as reduções itinerantes de *Nuestra Señora de la Fé* e *San Ignacio de Caaguazú*, nas proximidades da vila de Santiago de Xerez. Com objetivo, de catequizar, “humanizar”, índios selvagens e implantar a cultura européia, as reduções foram alvos de conquistas de bandeirantes paulistas a procura de ouro, pedras preciosas e índios para trabalhar nas lavouras de café e cana de açúcar em São Paulo e Pernambuco. Foram esse índios os alvos preferidos dos missionários jesuítas que aproveitando-se do seu temperamento dócil, tornávamos cativos em suas missões.

Os guarani também eram conhecidos como Caaguá ou (habitantes da mata), denominação dada pelos colonizadores após a destruição das reduções, pela bandeira paulista de Raposo Tavares os índios Guarani sofreram seu processo de dispersão. Entretanto muito deles fugiram para o Paraguai, e para região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul.

Ocupavam no século XVIII um território bastante amplo e fértil que se estendia pela região oriental do Paraguai e pelo cone sul do Mato Grosso do Sul, região da Grande Dourados, (até o Rio Apa), numa área de, aproximadamente 40 mil Km², habitat dos Pãi/kaiowá, atual configuração dos antigos Caaguá, estabelecem contatos com os “brancos”, a partir da definição quanto as questões de limites entre Portugal e Espanha o Tratado de Madri em 1750.

Segundo os diários de campo da “Comissão de Demarcação da América Meridional”, eles eram também identificados como “índios Montezes”.

Em 1845, o Barão de Antonina inicia uma expedição⁶. E a partir de 1848 novamente pessoas enviadas pelo Barão de Antonina percorrem toda a região do atual Mato Grosso do Sul, com o mesmo objetivo de verificar a possibilidade de abertura de uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso ou, “tendo em vista já a Lei de Terras de 1850, garantir-lhes as melhores áreas da região”⁷. E por meio desta mesma viagem, um sertanista componente desta companhia Joaquim Francisco Lopes, descreve bem a infra-estrutura das aldeias Kaiowá e confirma a abundancia e a variedade de sua agricultura:

Nesta mesma documentação também se descreve os limites de território guarani:

“(…) os terrenos que habitam vão até o Iguatemi, junto à Serra de Maracaju, que tem d’aqui um caminho por terra que vai ao Paraná, ao qual se deve seguir sempre pela terra firme e boa,

desviando os pântanos; pela margem do Inheima tem muitos capinazes, e que daqui em quatro dias se sahe n´ uma grande água”⁸.

Neste período os Kaiowá/Guarani viviam em aldeias, e tinham como base de sua organização social, econômica e política, a família extensa, isto é, grupos macro familiares que detêm formas de organização da ocupação espacial dentro dos tekoha⁹ determinada por relações de afinidade e consangüinidade. O líder familiar aglutina parentes e os orienta politicamente e religiosamente.

Após a Guerra do Paraguai, que terminou em 1870 e trouxe conseqüências determinantes para a sobrevivência dos grupos indígenas da região fronteira, pois foi um fator incisivo para a desorganização de sua sociedade e conseqüente esparramo dos Kaiowá e Guarani.

Em 1872, inicia os trabalhos demarcatórios entre o Brasil e o Paraguai e nesta comissão de limites teve como fornecedor de alimentos Tomaz Laranjeiras, que percebeu o grande potencial de erva mate nativa que existia na região, como também a densa presença dos Kaiowá e Guarani, que poderiam ser utilizados como mão-de-obra, pois os mesmo já utilizava a erva mate e a tornaram conhecida ao explorador europeu, que em 1882, consegue junto ao Governo Federal o arrendamento da região para a Cia. Matte Laranjeiras, que inicia a exploração da erva mate em todo o território Kaiowá e Guarani.

No final do século XIX a uma grande migração de gaúchos para o Sul de Mato Grosso iniciando instalações de fazendas de gado e mais uma vez em territórios dos Kaiowá e Guarani, começando assim, desmatamento sistemático em toda a região onde os próprios índios eram a mão-de-obra para as derrubadas, e podiam ficar ainda em suas terras, mas concluído o desmatamento eram simplesmente expulsos, das aldeias tradicionais que começaram a ser realmente eliminadas e os índios Kaiowá e Guarani confinados em pequenas áreas de terras insuficientes para o seu desenvolvimento.

A passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, foi marcada por um amplo processo de penetração econômica e conquista de territórios inexplorados¹⁰. Esta expansão capitalista trouxe como conseqüências um confronto violento com as populações indígenas, do país que não tinha qualquer legislação específica encarregada de proteger os seus direitos.

O Decreto nº 7, § 12, de novembro de 1989, transfere a “catequese e civilização dos índios” para uma atribuição dos Governadores dos estados (...) que chefiavam a política local, os quais passaram a dispor, como bem entendiam dos índios e de suas terras (idem, p.89). A Constituição de 1981 transferiu também para o domínio dos Estados a questão das terras devolutas, sem fazer qualquer referência aos direitos dos povos indígenas.

Nessas circunstâncias, a fundação do SPILTN¹¹ aparece como opção mais eficaz, encontrada para conciliar os interesses do desenvolvimento capitalista e a preservação da vida do indígena, um órgão perfeitamente integrado á estrutura política que o criou, com função imediata de pacificar as tensões sociais, que envolviam o empreendedor capitalista e o indígena, e também uma resposta do governo a opinião pública, e a movimentos sociais que lutavam pela causa indígena.

Diante desse novo contexto, foi criado no início do século XX, o SPILTN em 1910, pelo Decreto nº 8.072, que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de prestar assistência aos índios e o estabelecimento de centros agrícolas, sempre envolvendo as doações de terras consideradas devolutas pelos estados para o seu desenvolvimento, reforçando a política do governo brasileiro, em definir o “lugar do índio”.

Proporcionando o desenvolvimento da agricultura e inserindo o índio no mercado de trabalho regional, incentivando o que se denominou de territorialização induzida, enquanto as terras indígenas passavam para as mãos de particulares, no sul de Mato Grosso, os brancos criadores de gado. A mão-de-obra Kaiowá e Guarani tornou-se assim, uma das mais utilizadas para este fim.

O SPI, desde a sua criação perambulou por diversos ministérios: Agricultura, Indústria e Comércio (1910-1930), Trabalho, Indústria e Comércio (1930-1934), Guerra (1934-1939) e novamente Agricultura (1939-1967) época da sua extinção. Esta situação fez que uma boa parte da documentação histórica e juntamente com ela a política indigenista nacional se encontre ainda espalhada por diversos arquivos públicos. Apenas uma pequena parte deste acervo encontra-se no Museu Rondon, no Rio de Janeiro.

É possível notar que durante a primeira a fase a idéia era transformar o índio em agricultor, operário, militar apto para defender o território nacional durante o Estado Novo e novamente pesam as teorias sobre aculturação. A direção do SPILTN ficou a cargo de Marechal Cândido da Silva

Rondon (1910-1930), militar positivista, responsável pela instalação das Linhas Telegráficas e Estratégias do Mato Grosso ao Amazonas, tendo sido o responsável para administrar o SPILTN, nessa primeira fase, conduzindo as sociedades indígenas ao mercado do trabalho rural, sob a rubrica de “trabalhador nacional”,¹² garantindo sua mão-de-obra e a posse de seus territórios. Esta proteção oferecida na verdade não passou de um eficiente mecanismo para desalojar o indígena de suas terras tradicionais, sendo, paulatinamente, desenvolvida e inserido os índios no mercado de trabalho, garantindo terras e a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das regiões brasileiras.

A direção do SPI, ocasionalmente foi dividida entre Rondon e Amaro Silveira, José Bezerra Cavalcanti e Luis Bueno Horta Barbosa, diretores interinos ou substitutos quando Rondon estava ausente. Durante a fase em que esteve dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio não tinha diretor tendo em vista que se tratava de uma seção interna do ministério.

A maior parte dos diretores do SPI foram militares (Antônio Martins Viana Estigarribia, Frederico Augusto Rondon, Durval Brito e Silva, Vicente de Paulo Teixeira de Vasconcelos, José Luis Guedes, Tasso Vilar de Aquino, Moacir R. Coelho, Luís Vinhas Neves e o último Hamilton de Oliveira Castro – 1966-67). A presença constante de militares na direção do SPI permite inferir uma observação. A política destes diretores era integracionista, os povos indígenas não eram vistos enquanto nações, mas como parte da nação brasileira. Nesta época são bastante comuns fotos de indígenas vestidos posando diante do pavilhão nacional. Os militares tendiam a ver os indígenas de acordo com a ótica nacionalista.

A partir de 1918, o SPILTN tornou-se apenas SPI. Mantendo os objetivos de proteger os índios, dando ênfase à sua catequese, era a gora um mecanismo utilizado para tentar exercer o controle sobre as sociedades indígenas.

Este órgão, no estado de Mato Grosso implanta inspetorias que são subordinadas ao SPI e destinadas a atender os indígenas. A área de investigação onde este estudo se situa está ao sul de Mato Grosso onde vivem o Guarani localizados no sul de Mato Grosso e São Paulo a partir de 1915.

O Serviço de proteção ao Índio começa suas atividades junto aos Kaiowá e Guarani, na região da atual Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, cinco anos depois de sua criação, ou seja, 1915. Este órgão demarca entre o período de e Kaiowá, onde os mesmos a partir de então começam a ser representados politicamente e administrativamente pela 5ª inspetoria regional instalada em Campo Grande destinada a atender os índios 1915 a 1928 oito reservas para os índios Kaiowá e Guarani, no Sul de Mato Grosso, objetivando, no primeiro momento, proteger os índios do processo de genocídio que ocorria em suas terras, por parte da colonização, e do processo de desenvolvimento econômico onde a prioridade, estava sendo a criação, de gado e a pecuária, como também os meios de exportação desta produção.

Entre os anos de 1915 a 1928, são criadas as reservas de Amambaí (Benjamin Constant), de Dourados (Francisco Horta) e de Caarapó, todas inicialmente com 3.600 ha cada uma. Vem a seguir a demarcação das reservas de Ramada ou Sassoró, Porto Lindo ou Jacare'y, Pirajuí e Taquapery, todas com 2.000 ha.

A partir destas demarcações o SPI comete vários equívocos, pois não levou em consideração a localização dos Tekoha tradicional. E isto é confirmado com ênfase, pelos relatos dos informantes como Hamilton Benitez.

Entretanto, a maioria dessas reservas foram criadas, em áreas onde havia maior concentração de índios, que muitas vezes em função dos trabalhos fora de suas aldeias, não estavam no seu tekohá tradicional. Um segundo aspecto diz respeito à disponibilidade da terra, ou seja, a inexistência de outros pretendentes para o espaço naquele momento ocupado pelos índios. E, finalmente a qualidade da terra, ou seja, a busca de terras mais aptas para a agricultura¹³.

Portanto, como se percebe, em nenhum momento houve a preocupação deste órgão, em procurar saber realmente onde se localizavam as terras de ocupação tradicional destes índios e muito menos se as demarcações respeitavam a organização social dos mesmos. E desta forma, o Serviço de Proteção aos Índios oficializa uma política de aldeamento, e confinamento destas populações a pequenos lotes de terras, insuficientes para sua sobrevivência.

Segundo Pauletti e outros,

“A demarcação das reservas fez parte de uma política bem programada do governo federal, atraindo para elas indígenas dos Tekohá tradicionais visando a liberação de territórios para a implantação da agricultura e pecuária em grande escala no estado de Mato Grosso do Sul. Demarcava-se as reservas e criavam-se os atrativos para que os Guarani e Kaiowá viessem viver nelas.”¹⁴

De acordo com alguns relatórios do servidor Genesio Pimentel Barbosa ao inspetor Dr. Antônio Martins Viana Estigarriba do SPI, só a área de terra da aldeia de Serro Peron foi reservada, onde se localizava a aldeia dos Kaiowá e Guarani, pois este servidor tinha plena consciência do transtorno que causava aos índios sua transferência para outras terras, ou seja as reservas significava o seu confinamento, que além de tudo desrespeitava a sua organização social ao juntar numa mesma área famílias extensas diversas, ou seja, reunir numa mesma reserva diversas aldeias, antes autônomas.

Desconsiderando as lideranças religiosas, os *tekoharuvicha* (líderes religioso), o SPI introduziu a figura do “capitão” como líder máximo em cada reserva, como interlocutor exclusivo entre o Estado e a comunidade indígena e com claros objetivos integracionistas.

Na realidade, a intenção desse órgão oficial, SPI, com a demarcação dessas porções de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani era aldeá-los e assim liberar terras para o “progresso” de alguns brasileiros, levando estas populações a um processo conhecido na literatura como confinamento.

No período abrangido por essa pesquisa, que se estende da década de 1940 à 1960, a política implantada pelo SPI entre os Kaiowá e Guarani obedeceu às orientações gerais do órgão no que se refere a integração e assimilação da população indígena à sociedade nacional não-indígena. Os Postos Indígenas eram postos de “atração e pacificação”, que ofereciam educação, medicamentos, ferramentas para produção agrícola, tornando as comunidades indígenas progressivamente dependentes dos serviços oferecidos pelo órgão. Dentro deste contexto, o encarregado do posto tinha como principal objetivo transformar esta população em pequenos camponeses ou produtores rurais, atendendo, assim, dois objetivos do SPI: liberar territórios para a expansão agropecuária e inserir os autóctones na sociedade regional.

Dentro dessa perspectiva, não havia nenhum interesse, por parte do órgão oficial, pelo modo de vida dos índios kaiowá. Ao contrário, como se percebe especialmente na escola, onde a língua indígena era proibida, e no caso da saúde, onde em nenhum momento se faz referência aos conhecimentos indígenas ou aos seus próprios especialistas, o órgão entendia como importante conseguir que os índios abandonassem suas práticas culturais próprias de modo que não teriam direitos aos seus territórios tradicionais por não serem mais índios.

Idéias assimilacionistas e aculturacionistas estiveram muitas vezes presentes no jargão das ciências humanas e, como foi possível perceber, sempre servindo a interesses que expressavam o momento social do Brasil e até mesmo de outras nações. Desta maneira, percebe-se que a história e a antropologia são indispensáveis, como ferramenta, ao pesquisador que trabalha com populações etnicamente diferenciadas para entender o momento do entorno ou do próprio grupo em questão.

¹ Acadêmica de História/UCDB, bolsista CNPQ e pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB.

² Professor no curso de História/UCDB e pesquisador no Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB.

³ Homem, categoria que os índios Guarani reservam para si próprios, evidentemente, excluindo outras parcelas.

⁴ ROSSATO; NANTES, Anari Felipe. (coord.). **Censo escolar kaiowá /guarani no Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: MEC/UCDB/UFMS/Diocese de Dourados,1999, p.15

⁵ SOUSA, Neimar Machado de. **A redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2002.

⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios a bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ CAMPESTRINI, Hidelbrando, GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/Brasília,1991, p.41

⁸ LOPES, 1850, p.320-21 apud MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico do grupo indígena Kayoá**. Realizado por determinação do Diretor do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI)/Funai-Brasília, 1981. p.10-11

⁹ teko-modo-ser – ha – adeia: Tekohá – modo de ser dentro da aldeia.

¹⁰ GAGLIARD, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989. p.89

¹¹ Serviço da Proteção ao Índio e localização de Trabalhadores Nacionais.

¹² LIMA, Antônio C. **Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.126

¹³ BRAND, Antônio. O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese. Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. 1997.

¹⁴ PAULETTI, Maucir.et al. Povo guarani e kaiowá: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. In **Conflitos de direitos sobre as terras guarani kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Athena, 2000. p. 65.